

Introdução

Este trabalho tem por objetivo a construção de um modelo de terapia de casal fundamentado na abordagem do construcionismo social. As demandas que o orientam surgiram de questões emergentes da clínica de terapia de casal colocadas na pós-modernidade, bem como da prática clínica.

O casamento, enquanto instituição, é um dos padrões mais estáveis dentro das sociedades humanas, mesmo se considerarmos as diversas variações culturais e sua existência como uma conquista condicionada pela história e pela cultura (Ferro-Bucher, 1999). O casamento pode assumir inúmeras configurações e seu significado pode mudar conforme a época, a sociedade, o ciclo de vida familiar e a cultura no qual ele está inserido. Na maioria das sociedades, discutir a possibilidade de “não se casar” seria tão estranho como discutir a possibilidade de “não crescer”, como se a única possibilidade para o crescimento pessoal fosse o casamento (McGoldrick, 1995).

Inúmeros mitos envolvem o casamento, muitos dos quais o fazem parecer uma promessa de felicidade eterna e de solução de conflitos. Talvez Fogarty (1976) tenha resumido as razões para essa visão idealizada e suas possíveis conseqüências, ao notar que as forças do sentimento de estar unido a outrem se originam do desejo humano natural de proximidade. E que quando levadas a extremos, elas conduzem a uma busca de complementação na relação com o outro. Levadas além do possível, essas forças conduzem à fusão, uma união disfuncional de duas pessoas e a uma resultante distância. Os cônjuges tentariam, neste caso, desafiar a natural condição de incompletude das pessoas e dos sistemas, como se alguém pudesse tornar-se completo fundindo-se em um par unido.

Juntamente com a transição para o papel de pais, o tornar-se casal é uma das tarefas mais complexas e difíceis do ciclo de vida familiar, embora uma visão romantizada nos convide a considerá-la como a mais fácil e feliz das tarefas (McGoldrick, 1995). Na pós-modernidade, observa-se uma crise do casamento, como instituição, e das relações conjugais, que se traduz pela insatisfação

conjugal, pelo aumento do número de divórcios e separações, entre outras manifestações, contribuindo com significativo aumento de estresse e disfunções para as famílias (McGoldrick, 1995; Féres-Carneiro, 2003; Jablonski, 2003).

A formação e o rompimento do laço conjugal parece envolver um processo complexo de interações entre os membros do casal, a família e o grupo social. Parece ser possível estudar os padrões de conjugalidade, descrevendo esses padrões de interação como marcadores de estabilidade, ruptura, satisfação ou insatisfação do laço conjugal, e utilizá-los como preditores da futura ruptura/manutenção ou satisfação/insatisfação com o casamento (Goleman, 1998; Gottman, 1998).

O estudo e o uso de marcadores, como sinais indicativos da entrada em uma certa fase de um processo psicoterapêutico ou de desenvolvimento, e de preditores, como sinalizadores de um aumento de possibilidade de um certo caminho de evolução de um quadro clínico ou de um processo psicológico, é comum nas teorias psicológicas (Gottman, 1998; Rusbult, 1980; Hoffman, 1995; Cordioli, 2002). Cabe ressaltar que não se trata de variáveis, mas de indicadores de padrões correlacionados a processos.

Os padrões de interação podem ser abordados por várias vertentes teóricas. A visão sistêmica parece especialmente útil neste caso, pois é uma abordagem na qual as relações e propriedades emergentes do sistema são o foco de interesse (McGoldrick, 1995). Em seus aspectos comportamentais afetivos e cognitivos (Papp, 1990), os padrões de interação úteis em psicoterapia podem, ainda, ser descritos através de modelos não-lineares, que parecem descrever melhor os processos de estabilidade e mudança contínua e descontínua (Hoffman, 1995) e ter capacidade preditiva superior ao simples relato individual de satisfação/insatisfação com o vínculo conjugal (Barton, 1994; Gottman, Swanson, Murray, 1999). As interações podem ainda ser descritas como construções sociais de significado, criando contextos, vínculos e pautas de interação (Pearce, 1996).

Assim, o objetivo deste trabalho é propor, na perspectiva do construcionismo social, um modelo de terapia de casal orientado pelos marcadores e preditores da formação e dissolução do laço conjugal. Para tanto, pretende-se estudar os padrões de interação conjugal em uma abordagem sistêmica centrada na autonomia e auto-organização, tanto do sistema familiar e conjugal quanto dos

sujeitos, como indicadores e preditores do rompimento ou manutenção da conjugalidade, discutindo os conceitos de funcionalidade e disfuncionalidade, dentro do viés do construcionismo social.

1.1

Propondo uma metodologia

A relação conjugal tem sido objeto privilegiado de estudo e foco terapêutico na teoria e prática clínica de orientação sistêmica. Pesquisas recentes sobre a conjugalidade têm descortinado novas questões e possibilidades terapêuticas. Integrar esses estudos em um modelo psicoterapêutico, parece oferecer uma nova instrumentalização para lidar com questões da prática da clínica de terapia de casal. Uma questão, então, impõe-se; como lançar as bases deste modelo terapêutico? Tal pergunta nos remete imediatamente para a metodologia a ser adotada.

Metodologia pode ser entendida com “*examination of the possible plans to carried out*” (Polkinghorne, 1983, p. 5), ou seja, simultaneamente uma lógica e uma heurística, que, se por um lado, busca analisar os procedimentos lógicos de validação e a proposição de critérios epistemológicos de demarcação para uma prática científica, descrevendo uma lógica de prova, por outro, examina o processo de produção dos objetos científicos, correspondendo a uma lógica da construção.

A metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou técnica de medida dos fatos científicos. Para ser fiel a suas promessas uma metodologia deve abordar as ciências sob o ângulo do produto delas - como resultado em forma de conhecimento científico - mas também como processo - como gênese desse próprio conhecimento. (DeBruyne, Herman, Schoutheete, 1985, p. 29)

A metodologia deve não apenas explicitar o como da produção científica, mas, principalmente, o seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas de fecundidade nos resultados. É necessário, portanto; “...romper com numerosos esquemas rotineiros da tradição epistemológica e em particular com a representação da pesquisa como sucessão

de etapas distintas e pré-determinadas" (Bordieu, Chamboredon, Passeron, 1978, p.25.)

Isto é necessário para se evitar o risco de se concretizar o que DeBruyne et al. (1985) chamam de “mania de projeto”, repousando a metodologia em uma seqüência de operações e procedimentos necessários e imutáveis, de protocolos codificados e burocráticos. Tampouco se deve reduzir a uma noção de “design” entendido como um conjunto de técnicas aplicadas seqüencialmente a uma cronologia de pesquisa. Além de seus "a priori", empiristas, esses procedimentos propõem um modelo ideal de pesquisa sob a forma de uma espécie de caminho crítico, impondo uma concepção linear da pesquisa. As escolhas metodológicas não são colocadas uma após a outra, mas formam um sistema, no qual voltas constantes e interpenetrações recíprocas dos pólos epistemológico, teórico, morfológico e técnico, produzem um espaço de criação crítica.

Paul DeBruyne et al. (1985) elaboraram um modelo conceptual para a metodologia das pesquisas nas ciências sociais, fecundo também para o campo das psicoterapias (Diniz Neto, 1993). Propõem uma abordagem da metodologia nas ciências sociais, abandonando a descrição tradicional temporal linear, e utilizar uma descrição topológica ao redor de quatro pólos conceituais, nos quais diferentes instâncias determinam o espaço em que as pesquisas se realizam, submetidas a um jogo de forças e a determinadas exigências. São eles:

PÓLO EPISTEMOLÓGICO	PÓLO MORFOLÓGICO
PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS	
PÓLO TEÓRICO	PÓLO TÉCNICO

DeBruyne et al. (1985) notam ainda que cada pólo, através de um relacionamento dinâmico, interage tanto na produção de uma dada ciência como na estruturação dos demais pólos:

Pólo epistemológico: - ao longo de toda a pesquisa, através de uma vigilância crítica, procura garantir os parâmetros da produção científica, ao assegurar continuamente uma ruptura dos objetos científicos e do senso comum, e explicitar as regras de produção do conhecimento científico e da validade das teorias, descrevendo uma lógica de descoberta e uma lógica de prova. Estão

presentes ainda processos discursivos, derivados de métodos mais gerais, como dialética, lógica hipotética dedutiva, fenomenologia, entre outros, impregnando, com sua lógica, o discurso e a abordagem do pesquisador.

Pólo teórico: é o campo da elaboração formal dos objetos científicos, do estabelecimento de hipóteses, de conceitos, de teorias, através da construção de uma linguagem específica para uma certa ciência, inspirada pelas problemáticas e contribuições teórico-práticas dos quadros de referência principais: “positivista”, “compreensivo”, “funcionalista” e “estruturalista” etc.

Pólo morfológico: envolve a diversidade de modalidades de análise, métodos de ordenação dos elementos constituintes dos objetos científicos como a tipologia, o tipo ideal, o sistema, os modelos estruturais, ao impor uma estruturação ao objeto científico, fornecendo uma certa ordem aos seus elementos. Permite o estabelecimento de um espaço no qual se constroem os objetos científicos seja como modelos ou cópias, seja como simulacros, narrativas ou descrições de problemas reais.

Pólo técnico: através de modos de investigação particulares, qualitativos e quantitativos, como estudo de caso, estudos comparativos, experimentações e simulações, controla a coleta de dados para confrontá-los com as teorias que os geraram, exigindo precisão na constatação, porém, sem garantir, por si mesmo, a sua precisão. Isto decorre de que uma dada ciência não é meramente o acúmulo de dados factuais, que teriam existência em si mesmos, mas sim um processo de construção de significados.

Esses pólos não configuraram diferentes momentos da pesquisa, mas diferentes aspectos da prática de produção científica, que está submetida ainda, através de sua inserção no ambiente social, a diversos campos que em sua interação introduzem tensões na dinâmica da pesquisa.

Os interesses próprios do pesquisador lhe sugerem orientações específicas, bem como os valores culturais inerentes à sociedade que, em conjunto, impõe ao pesquisador a escolha de suas questões e do seu campo de pesquisa, caracterizando o campo axiológico. Cabe ao pesquisador explicitar os critérios de escolha de sua questão de pesquisa, sob pena de ceder a influências ideológicas deste campo.

O conhecimento científico parte do saber não sistematizado, porém, o pesquisador deve avançar das noções do senso comum construindo o conhecimento através de uma certa metodologia que tem por orientação uma dúvida metódica. Contudo, a tradição teórica das disciplinas das ciências do homem ainda tem ligações orgânicas com o campo doxológico. Essas ligações se manifestam, por exemplo, no uso da linguagem comum, que é o suporte e o produto de práticas empíricas, que podem induzir no investigador uma certeza não demonstrada sobre aspectos da realidade que ele investiga. Torna-se necessária, então, uma constante crítica da construção de significados e do uso da linguagem na pesquisa.

O campo da demanda social decorre do fato do pesquisador, enquanto membro de uma certa sociedade, ter a sua atividade legitimada segundo critérios socialmente estabelecidos de acordo com uma ideologia dominante. A encomenda social, as pressões que se dão, tanto através dos programas de financiamento de pesquisa, quanto do reconhecimento social de uma dada prática, ameaçam a autonomia da instituição científica, dirigindo a produção do saber para certas direções, marcando toda produção científica. Explicitar as condições de demanda social da pesquisa coloca o pesquisador em posição de refletir sobre as direções das pressões sociais na produção do conhecimento.

O conhecimento científico que atingiu um certo grau de diferenciação, com suas teorias, metodologias, técnicas, e do qual o investigador usualmente partirá para a produção do conhecimento, é o campo epistêmico. As escolhas do pesquisador influenciam, ao recortar e delimitar seu ponto de partida, o desenvolvimento de sua pesquisa e os resultados que obtiver.

Diniz Neto (1993, 1997), ao aplicar o modelo de Debruyne et al. (1985) para o campo das psicoterapias, procurou compreender a dinâmica metodológica subjacente, em sua multiplicidade e heterogeneidade, descrevendo o seguinte modelo e suas implicações :

PÓLO TEÓRICO

Teorias de: Personalidade
 Desenvolvimento
 Psicopatologia
 Psicoterapia

PÓLO EPISTEMOLÓGICO

Existencialismo
 Positivismo
 Naturalismo
 Empirismo
 Estruturalismo
 Fenomenologia

PSICOTERAPIAS

PÓLO MORFOLÓGICO

Tipologias
 Tipo ideal
 Sistemas
 Modelos estruturais

PÓLO TÉCNICO

Técnicas: verbais
 não verbais
 corporais
 etc.

Os diferentes pólos introduzem tensões e rupturas no campo da psicoterapia, gerando um universo de abordagens possíveis.

O pólo epistemológico fornece, ao orientar e validar filosoficamente uma abordagem psicoterapêutica, tanto um enquadre geral como respostas a perguntas referentes a conceitos fundamentais da prática científica em geral e de uma abordagem terapêutica em particular.

Dentro do campo das psicoterapias, as tendências epistemológicas citadas no quadro acima são as principais, sendo, muitas vezes, combinadas ou mal demarcadas. Este parece ser o aspecto menos discutido dos livros - textos sobre psicoterapia, revelando, muitas vezes, o desconhecimento por parte dos terapeutas das bases epistemológicas nas quais a prática de sua “escola“ de psicoterapia se assenta.

Os pressupostos epistemológicos refletem-se no pólo teórico, no qual talvez ocorra a maior querela entre as várias escolas. Embora todas pareçam discutir os mesmos temas - personalidade, desenvolvimento, psicopatologias e teorias sobre psicoterapia, freqüentemente os mesmos termos têm significados diferentes para cada escola, bem como a ênfase em modelos explicativos próprios, derivados de diferentes epistemologias.

Talvez a grande dificuldade de se estabelecer um diálogo enriquecedor entre as várias escolas se deva, principalmente, à confusão entre elementos primários e construtos teóricos. As teorias fazem referência aos construtos teóricos, muitas vezes, como se fossem dados primários, perdendo graus de objetivação e tornando difícil o consenso intersubjetivo.

Tais questões refletem-se no pólo morfológico, pois sendo a psicoterapia uma prática que se pretende científica, seus procedimentos devem se orientar dentro de métodos científicos gerais que, por sua vez, estarão organizados em quadros de análise que permitirão a construção dos objetos de sua prática. Esta riqueza permite a utilização de diversas morfologias, que devem estar em consonância teórica, epistemológica e com uma prática técnica daí decorrente.

O pólo técnico compreende a aplicação das diversas técnicas que, se por um lado, decorrem de razões teóricas, fundamentando-se em uma certa epistemologia, por outro, são resultado de uma prática social na qual o pesquisador está inscrito. Sua utilização deve obedecer a uma metodologia coerente. Mas se a análise de seus resultados fundamenta-se nas teorias que as geram, também produzem resultados que tendem a confirmar a metodologia e a epistemologia subjacentes.

Os diferentes métodos psicoterapêuticos implicam em uso de enquadramentos técnicos diferentes, que propiciarão uma gama de interações sociais, capazes de produzir resultados “anômalos” e não observados em uma outra abordagem, fundada em outro enquadramento. Essas respostas terapêuticas podem ser desconsideradas, ou consideradas espúrias e pouco significativas, por membros de outra escola que, utilizando outras técnicas de intervenção, observam outros fenômenos. Isto significa que, ao interferir em um campo psicossocial não se observa apenas “o que aí está”, mas também se produz “o que aí se vê”.

Esses vários pólos não se apresentam como aspectos isolados, mas em uma relação dinâmica e sistêmica constituindo o todo de cada abordagem em psicoterapia. É desta dinâmica que emergem várias abordagens, propostas e modelos terapêuticos, com seus aspectos comuns e específicos, envolvendo ainda questões introduzidas pelos campos axiológico, doxológico, epistêmico e de demanda social. Essas instâncias guardam ainda relações reveladoras de uma ética e uma estética implícitas, que marcam a produção do conhecimento.

Para este estudo se adotará a metodologia de pesquisa desenvolvida por DeBruyne et al. (1985) que oferece um quadro de referência que nos alerta para as diversas questões envolvidas na construção de um modelo que se pretenda científico. É necessário atentar para os diversos pólos e campos em sua interação, não só descrevendo e fundamentando as opções e escolhas feitas, marcando a história da produção do conhecimento, mas também revelando o jogo das tensões e influências entre as diferentes instâncias.

Esta é uma proposta metodológica fecunda, pois relaciona de modo dinâmico e sistêmico o jogo entre os diversos pólos, convidando o pesquisador a uma explicitação de sua inserção no campo de investigação. Por se tratar de um modelo topológico não linear é possível escolher qualquer ponto para o início de uma discussão, desde que se revele a interinfluência entre eles. Discutir, inicialmente, aspectos do campo axiológico parece oferecer um interessante ponto de partida, pois nele o pesquisador se revela imediatamente, ou pelo menos pretende fazê-lo. E este é um aspecto teórico e epistemológico relevante, pois o conhecimento pode ser visto, tal como posto pela perspectiva do construcionismo social, como uma narrativa de uma história de questões construídas e de respostas intersubjetivamente validadas.

1.2

A genealogia de uma questão

A questão da conjugalidade e suas relações com o processo de diferenciação psicológica atravessam minha prática clínica diariamente, no encontro com um grande número de clientes, em sua busca de satisfação nos relacionamentos afetivos. Parece-me que uma das questões, postas pela pós-modernidade, é a reavaliação das relações conjugais e dos laços afetivos com novas construções possíveis dentro da subjetividade. Como membro de uma sociedade, carrego valores e, a crise de valores da sociedade pós-moderna. Tal crise marca, certamente, não só minha escolha do objeto de estudo, mas também a escolha do meu caminho pessoal e profissional ser um psicólogo e psicoterapeuta e é, ao mesmo tempo, minha resposta pessoal a esta crise.

A minha escolha da perspectiva sistêmica se deveu a aspectos epistemológicos, ligados à reflexão sobre a prática clínica e o campo teórico. A psicanálise foi, nos meus primeiros anos de atividade profissional, a minha abordagem de escolha. Muito cedo me deparei, no entanto, com limites para a sua atuação e fui seduzido pela abordagem sistêmica. Os modelos de terapia sistêmica de 1ª ordem, como a Escola de Solução de Problemas do MRI ou Escola Estratégica, predominavam na década de 80 em Belo Horizonte. Abordar a psicoterapia como um processo comunicacional foi, além de fascinante, uma libertação dos esquemas patologizantes da psicologia, devolvendo dignidade e legitimidade ao discurso do outro, contextualizando-o, por mais estranho que fosse, possibilitando não só realizar intervenções criativas orientadas e estratégicas, mas também compreender uma ampla gama de intervenções e interações, que não cabiam no quadro de referência de uma psicoterapia personalista.

O conceito central deslocava-se da pulsão para a informação. O processo terapêutico era descrito como jogos e interações. A cibernética de primeira ordem, orientada para processos homeostáticos e estratégicos, conduzia a hipotetização. No entanto, havia problemas e dificuldades. Isto podia ser percebido no vocabulário estratégico empregado como “a família está manobrando”, ou “o filho se alia à mãe”, ou ainda “a cliente é muito sedutora e pretende manter sua posição”. Essa visão levava a uma ética do controle, no qual, o jogo terapêutico poderia ser descrito, como fazia Jay Haley (1984a, 1984b), como uma batalha paradoxal pelo poder na família.

O uso de intervenções paradoxais como padrão clássico de intervenção fez-se constante, à medida que as teorias da Escola de Milão (Palazzoli, Checchin, Prata e Boscolo, 1987), tornaram-se conhecidas e disseminadas. Pensar nestes termos rompeu com os padrões de hipotetização estratégica e comunicacional, mas, por outro lado, tornou os padrões de intervenção rígidos e limitados.

Ao realizar o mestrado no início dos anos de 1990, não só como ambição pessoal, mas como busca de novos conhecimentos, entrei em contato com as idéias do Construtivismo, e das Teorias de Consistência em Psicologia Social. A tentativa de compreender o universo das psicoterapias e a similitude de eficácia dos resultados terapêuticos, então revelados pelas pesquisas da época (Smith,

Glass e Miller, 1980a, 1980b; Garsk e Lynn, 1985), levou-me a desenvolver um modelo de terapia breve de grupo, baseado na Teoria da Dissonância Cognitiva (Diniz-Neto, 1993). Minha pergunta central era: de que maneira as construções cognitivo-afetivas se organizam e como isto podia ser utilizado na psicoterapia?

Ao testar esse modelo, em um desenho experimental de estudo de grupos comparativos controlados, deparei-me com o alcance, mas também com os limites, do método experimental na pesquisa que, se oferecia respostas a certas questões, era ao custo de não permitir avaliar outras questões ligadas ao processo qualitativo da mudança terapêutica.

As terapias sistêmicas de segunda ordem estavam disseminando-se, desde a década de 1980 e ao estudá-las, encontrei ressonância com a minha experiência. Estas contribuições levaram-me a compreensão de que o que terapeuta descobre em seu cliente depende do terapeuta e das perguntas que ele faz. Ou seja, a terapia é co-construída entre cliente e terapeuta em um nexos social.

Todas estas mudanças refletem-se em mudanças tanto teóricas, metodológicas, epistemológicas, éticas como estéticas. As questões cruciais deslocaram-se de um grupo de conceitos para outro, de uma epistemologia a outra. O processo terapêutico adquirira outro sentido, da descrição de um sistema, para o de construção de um sistema. E este sistema revelava suas propriedades mais radicais; era autopoietico, mantendo-se e criando-se a si mesmo. A estética era a da complexidade. A lógica linear mostrava-se uma descrição extremamente parcial ou uma narrativa empobrecida. O processo de mudança só poderia ser descrito em uma linguagem própria e não linear, ocorrendo aos saltos em situação longe do equilíbrio.

A linguagem do que tem sido chamado de o novo paradigma da ciência, ou da complexidade, com a introdução da noção do tempo irreversível e da história dos sistemas como eixo fundamental de compreensão, introduziu os desdobramentos das teorias de auto-organização e da segunda cibernética. Esse novo quadro teórico gera uma nova compreensão de questões ligadas à estabilidade e à mudança, recolocando questões ligadas à subjetividade e à autonomia, com profundos impactos, para a teoria e prática da psicoterapia.

Neste contexto, a questão da conjugalidade se impôs como um foco, pois traduz não só uma narração da construção de um sentido historicamente

significativo, mas também uma interação que revela sua genealogia e contexto. Dentre estes pontos, parece-me centrais, na questão da conjugalidade, o processo de estabilidade e mudança, tanto em seu aspecto contínuo, quanto no descontínuo, e que, aparentemente, tem profundas implicações para a clínica sistêmica de casais.

Explorar estas questões, sob um enfoque eco-sistêmico, desenvolvendo uma compreensão sobre os padrões de formação e dissolução da conjugalidade contemporânea, não só corresponde a uma demanda real da prática clínica de casais, como também é fascinante.

1.3

Um roteiro de indagações

Algumas reflexões, relativas a cada pólo, envolvidas no processo de desenvolvimento de um modelo psicoterapêutico sistêmico orientado pelo construcionismo social se destacam pela sua relevância

É lugar comum, na perspectiva sistêmica, remeter a fundamentação epistemológica a uma discussão sobre a revolução paradigmática, que envolveria a ciência como um todo, repensando os processos de produção do conhecimento, seu valor e alcance, a partir da noção de causalidade circular; da inclusão do observador no sistema; da complexidade; dos processos de auto-organização; do tempo como criador de processos irreversíveis; e da consciência. Questões que não teriam lugar no paradigma Cartesiano-Newtoniano, e que reorientam novos olhares.

Pearce (1996) considera útil contrastar, dentro dessa discussão, as características comunicacionais do novo paradigma em relação ao paradigma Newtoniano-Cartesiano. No velho paradigma considerava-se que a linguagem referia-se a um mundo “lá fora”, ou seja, a linguagem seria representacional. A comunicação trataria de processos de transmissão de informações. Assim, a comunicação seria adequada se descreve o mundo real corretamente e se essa descrição fosse transmitida sem erros.

Pearce (1996) considera que no novo paradigma ocorre uma ruptura radical com esta visão da comunicação. Em primeiro lugar emerge a idéia de que a

linguagem constrói o “mundo”, e não simplesmente o representa. Em segundo lugar, a função da linguagem é construir “mundos sociais” humanos e não representá-los. O terceiro ponto é que a comunicação sucede o processo social primário.

Como nota Prigogine (1996, 2000; Prigogine e Stengers, 1991), os cientistas no novo paradigma concebem sua obra como um diálogo com a natureza, mesmo os interessados nas ciências naturais. Porém, parece ocorrer uma diversidade de opiniões sobre como pensar a comunicação. Dentre as diversas tendências, duas posturas parecem emergir: uma centrada na linguagem e outra nas atividades sociais como meio construtivo.

Gadamer (1975), por exemplo, diz que vivemos imersos na linguagem e que não há nada fora dela ou, se há, não nos é possível conhecer. Um outro enfoque que não está em contradição com o anterior, mas constitui uma alternativa, sustenta que vivemos imersos em atividades sociais, que a linguagem está em nossos mundos, mas não é o parâmetro deles. É parte de todas as nossas atividades. Ela impregna a totalidade de nossas experiências, mas não é esta totalidade. Esse enfoque é característico do construcionismo social.

O Construcionismo Social baseia-se nos pragmatistas, sobretudo William James, John Dewey, Georg Hebert Mead. Também se apóia nos trabalhos de Wittgenstein, particularmente em seu último período, em sua ênfase nos jogos da linguagem e em sua observação de que as regras não são algo diferenciado da própria atividade. O terceiro ponto de apoio do construcionismo é a Teoria Geral dos Sistemas, incluindo Gregory Bateson com sua ênfase no pensar sistemicamente, e Ludwig Von Bertalanffy com sua ênfase em pensar sobre sistemas (Pearce, 1996).

Estas perspectivas parecem oferecer um quadro crítico para se pensar o processo social comunicacional que é o processo psicoterapêutico, ainda mais quando o foco deste é a relação conjugal, outro processo social comunicacional. Esses processos devem ser abordados como uma relação social, historicamente construída.

A construção de uma teoria psicoterapêutica deve, portanto, obedecer a condições de validação geral das ciências sociais, na qual o método de refutação empírico “Popperiano”, como critério de validade do domínio científico, mostra-

se insuficiente. Isto não invalida a condição de se precisar onde reside e como varia a força demonstrativa das teorias interpretativas que organizam a pesquisa empírica nas ciências sociais.

Uma grade conceptual de descrição do mundo histórico fortemente protocolarizada impõe graus de exigência na exemplificação empírica cuja força demonstrativa cresce à medida que se torna mais improvável a co-ocorrência das confirmações múltiplas e semanticamente conjuntas invocadas pela estrutura teórica da grade de descrição. Passeron (1995, p. 400).

Para o construcionismo social o mundo social consiste de atividades. Pearce (1996) considera que “*a substancia do mundo social são as conversações definindo-as como padrões de atividades conjuntas semelhantes a jogos*” (p. 177). Os seres humanos têm uma capacidade inata para criar seus lugares nestes jogos, participando dos padrões de interação, criando-os e sendo criado por eles. As identidades e significados ocorrem dentro destes espaços co-construídos.

Estas atividades sociais se estruturam seguindo certas regras de obrigatoriedade acerca do que devemos ou não devemos fazer. Somos participantes de um processo em curso cujos parâmetros não estão definidos e que não atuam de modo digital, mas analogicamente. Devemos, portanto, nos centrar no fazer e produzir para entender estes jogos descrevendo sua lógica deôntica. Não que existam estes jogos e regras em si mesmos, como fundamento da interação humana, mas um produzir socialmente construído que pode ser descrito como jogos e regras. Assim o método de abordagem não deve ser uma pergunta do tipo: como é possível? Mas uma genealogia: como surgiu?

Por outro lado, quando nos incorporamos a uma pauta social de um jogo, nunca nos incorporamos a um só jogo. Atos e ações consistentes com uma pauta, não o serão necessariamente com outra. Nossos atos são construídos com uma riqueza semântica e encaixados em diferentes nexos sociais. Um ato apropriado em um contexto pode não ser em outro, no qual eu estou imerso simultaneamente.

A construção de um modelo terapêutico construcionista social, voltado para conjugalidade, pode permitir a integração dos estudos sobre os padrões de interação conjugal, em sua complexidade de sistema social de significados em construção.

O desenvolvimento de uma intervenção terapêutica segue necessariamente o balizamento de um quadro de análise formalizador. O quadro sistêmico de análise reconhece em qualquer problemática uma relação de entrelaçamento, segundo uma lógica circular dos eventuais subsistemas, em uma globalidade com qualidades emergentes irreduzíveis à análise das partes, e na qual o observador é participante e co-criador. No entanto, a noção de sistema desenvolveu-se passando de uma visão ancorada na primeira cibernética para outra perspectiva, a da 2ª cibernética. Sob o ângulo metodológico a definição de um sistema comporta pelo menos:

- Uma identificação dos elementos ou subsistemas que o compõem. Incluem-se as perguntas Quem define o sistema? Quem o constroem? Qual a sua genealogia?
- Inclui ainda uma especificação das características ou propriedades emergentes do sistema, que são frutos de um processo social e histórico, no qual o pesquisador necessariamente participa.
- Uma descrição das relações que regem as interações intra e inter-sistema, ou seja, aspectos comunicacionais, em retroação e reflexividade.
- Uma descrição dos estados sucessivos do sistema, ou sua genealogia e padrões de mudança, em sua possibilidade de criação do novo.
- E a relativização das descrições pela introdução da subjetividade de quem descreve o sistema, gerando um arco retroativo que rompe com qualquer pretensão a uma objetividade representacional.

O quadro sistêmico, qualquer que seja sua extensão, deve permitir vincular proposições teóricas a observações, isto é, estar aberto semanticamente e prestar-se ao teste empírico. O quadro de análise sistêmico incluirá, necessariamente, o recorte da subjetividade que descreve o sistema. Isto decorre da descrição em uma causalidade circular, na qual os observadores não só constroem o sistema observado como também são construídos por ele. Frequentemente, o estudo abordará apenas alguns aspectos de um sistema mais amplo, mas o quadro sistêmico permite uma orientação teórica que evita recorrer a um fechamento artificial ou prematuro, guiando a coleta dos dados e sua incorporação num

esquema coerente, e permitindo o uso de resultados de outras pesquisas, efetuadas no mesmo quadro, pertinentes a seu objeto.

A descrição dos sistemas humanos ocorre em termos de uma narrativa na qual os espaços descritivos de significado têm prioridade. O que está em questão não é a construção de uma descrição representacional, mas de uma genealogia de jogos e significados. A inclusão do observador no campo terapêutico, tanto do ponto de vista teórico como epistemológico, incluindo as novas perspectivas sobre auto-referência, reflexividade e complexidade, permite que, através um modelo sistêmico, se possa focalizar na subjetividade dos sujeitos, em uma multiplicidade contextual, dando lugar a uma clínica interessada na emergência do si-mesmo e das relações sociais, como uma questão entrelaçada. Desta forma, abandona-se uma perspectiva essencialista do si-mesmo, da identidade, a fim de trazer para o centro do interesse para a psicoterapia, aqueles processos através dos quais os sujeitos se constroem aos estabelecer práticas, conhecimentos, cultura, dinâmicas sociais, que retroativamente os constroem.

Essa metáfora do processo permite pensar a terapia de um ponto de vista qualitativo, incorporando dimensões éticas, estéticas e de criatividade, ao modificar a visão de um quadro técnico centrado em uma epistemologia representacional ou em uma ética do reparo.

Essa criatividade tem implicações éticas e, talvez, até políticas. As perturbações dos sistemas longe do equilíbrio em pontos de bifurcação, implicam no aparecimento de um campo de incerteza, e de generatividade, opções, escolhas e responsabilidades. Um enfoque desta natureza exige metáforas da virtualidade, daquilo que pode ser e do que não existe ainda. Assim, a construção e desconstrução dos futuros possíveis surgem nos interstícios das bifurcações, nos processos de crise, nos quais as possibilidades cognitivo-afetivas e de ação atualizam-se, sendo incorporadas nos quadros geradores de sentido e de novas práticas, produzindo novos sentidos. A interação conjugal constrói a conjugalidade no processo recursivo de significar as interações, e de ser significada.

A partir da compreensão dos sistemas humanos como geradores de significados, emerge uma nova forma de perceber a terapia. Ela só pode ser entendida como uma prática social que oferece a famílias, casais, pessoas ou

comunidades uma oportunidade para co-construir ativamente a sua narrativa e sua própria realidade existencial, criando uma ecologia possível. Pode-se entender, assim, a terapia como um processo singular e local, sem perder a globalidade de teorias e modelos. Clientes e terapeutas tornam-se produtores de qualidades emergentes nas subjetividades e mundos produzidos, ao mesmo tempo em que constroem epistemologias em ação e teorias singulares. Tal abertura gera um contexto de liberdade para criar e perceber conexões. As metáforas de alternância e co-construção de significados compartilhados substituem, assim, as até então hegemônicas de centralidade, baseadas na autoridade ou no saber do terapeuta.

As intervenções terapêuticas podem, então, buscar, não mais revelar uma realidade oculta, mas reconstruir o sentido dado de um modo eco-sistêmico. As interações conjugais podem ser entendidas em um circuito recursivo organizado em torno da apropriação do existencial, da intencionalidade, da ação, e da reflexão em um arco retroativo, no qual participa todo o sistema terapêutico. Isto modifica substancialmente o lugar do terapeuta. Já não se trata de corrigir um déficit comunicacional, ou de outro tipo, mas de restaurar a possibilidade de apropriação existencial. De colocar-se no lugar de co-autor da própria vida em contexto, e de estar habilitado para atuar. O lugar da técnica em um modelo terapêutico construcionista social não é do *know how* do reparo, mas da ética e de uma estética da co-construção ecológica.

Um modelo terapêutico pode ser visto como uma resposta à necessidade psicossocial colocada por diversas instâncias. Demandas sociais, como o aumento de famílias e casais como clientes, bem como avanços nos conhecimentos teóricos, novos questionamentos epistemológicos e avaliações das técnicas terapêuticas são as forças motivadoras desta proposta. Bem como das demandas emergentes daquilo que se convencionou chamar de crise da pós-modernidade, e do surgimento de novas formas de produção da subjetividade.

1.4

Construindo um caminho

A metáfora da viagem, que orienta a construção deste texto, convida, após delinear um caminho percorrido, as instâncias, as dinâmicas e o objetivo a atingir, a, enfim, traçar um roteiro para o percurso que se inicia.

Minha proposta é deambular pelas instâncias já demarcadas, ou seja, epistemologia, metodologia, ética e estética, teoria e técnica, aprofundando questões, tecendo relações, construindo uma teia de significados que permita, a quem ousar entrar nela, jogar com os jogadores do julgo conjugal, transformando-o em jogo. Como teia, os conceitos serão ancorados nos quatro pólos descritos por DeBruyne et al. (1985), traçando suas relações, construindo, com o fio de um percurso narrativo, uma dinâmica circular. Certos conceitos destacam-se como balizadores desta proposta.

Parece apropriado partir da conjugalidade, tal como vivida no início do século XXI, com suas contradições e transformações e, sobretudo, com suas implicações para a construção de subjetividades. Outro tema relevante é realizar uma breve revisão das respostas que o campo da psicoterapia tem dado a estas demandas, abordando suas questões emergentes e eficácia. O uso de marcadores e preditores em psicoterapia, em especial, nos modelos interacionais sistêmicos e orientados pelo Construcionismo Social, é outro tópico de importância em seus desdobramentos, devido a sua relação com o estudo dos processos de mudança e estabilidade na conjugalidade.

A fecundidade da proposta sistêmica em seus desdobramentos, até o surgimento da perspectiva do Construcionismo Social, deve ser revisada, com interesse na terapia de casal. É fundamental discutir os aspectos epistemológicos do Construcionismo Social, justificando a sua escolha, descrevendo suas implicações epistêmicas, ontológicas, teóricas, técnicas, estéticas e éticas. Para assim, finalmente, construir um modelo de intervenção em terapia de casal, que seja orientado por marcadores e preditores de fases do processo terapêutico, e dos processos de formação e dissolução da conjugalidade, voltado para intervenções facilitadoras de construções auto-organizadoras das subjetividades e relações sociais, conjugais ou não, mas complexas e sinérgicas.

O resultado final, o jogo do jogo, uma teia entretecida em texto, agora apresento e convido o leitor a percorrer.